

# Menos processos pendentos com novo mapa judiciário

**Debate** Presidente da comarca de Coimbra, faz balanço positivo da reforma, mas reconhece “dificuldades”

FERREIRA SANTOS



**Sessão** com Isabel Namora, Luís Matias e Amaro Jorge

## Patrícia Isabel Silva

No dia em que a ministra da Justiça, Isabel Van Dunem, foi ao Parlamento anunciar que vai “revisitar” o mapa judiciário (ver texto em baixo), o impacto da reforma na comarca de Coimbra esteve em análise num debate, promovido pelo Centro de Estudos Sociais (CES).

Mais de um ano depois da implementação da reforma, Isabel Namora, presidente da comarca de Coimbra, destacou

mais aspectos positivos do que negativos, realçando que, ao contrário do que se chegou a temer, «não há diminuição do volume de processos entrados», enquanto o volume de «processos findos está a acontecer em número superior ao que acontecia» antes da reforma.

No que respeita ao tempo de resposta, Isabel Namora considera que a nova estrutura judiciária não representa problema, dando como exemplos

Penacova, Montemor-o-Velho e Figueira da Foz, como secções que se têm destacado na diminuição «significativa» de processos pendentos.

Numa comarca com uma extensa área territorial, a distância é uma das principais «dificuldades, nomeadamente quando se trata de especialização.

No entanto, na perspectiva da presidente da comarca de Coimbra, «há forma de atenuar custos e distâncias» e, nestes casos, a videoconferência pode

ser a solução. Para tal, continuou, há alterações a fazer no Código do Processo Civil, no sentido de adequar o conceito comarca para município. Enquanto tal não acontece, importa sensibilizar os juizes para «uma interpretação mais actual» do artigo, no sentido de tornar mais frequente o recurso à videoconferência, para evitar deslocações de cidadãos.

No caso de Penela - município que perdeu o tribunal -, acrescentou Isabel Namora, chegou a ponderar-se a possibilidade de colocar um sistema de videoconferência na Câmara Municipal, uma solução que não era do agrado nem da responsável da comarca, nem do autarca Luís Matias.

Presente na sessão, o presidente da autarquia penelense considerou que ainda «é demasiado cedo» fazer a avaliação dos resultados da reforma, mas mantém a convicção de que as alterações poderiam ter sido implementadas «sem necessidade de prejudicar tanto os territórios mais desprotegidos».

Para o presidente do Conselho Regional da Ordem dos Advogados, Amaro Jorge, a reforma do mapa judiciário teve dois problemas principais: olhou-se para o país «como se fosse igual» e «nada foi preparado com antecedência».

**Isabel Namora considera que os juizes devem ser mais sensíveis ao recurso à videoconferência**